

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: XDR00068

Data: 16/11/86

Pg.: _____

Federais garantirão a paz em reserva indígena

Faz um levantamento da área, realizar reunião na próxima quinta-feira e solicitar a presença da Polícia Federal no local, a fim de que sejam evitados conflitos. Foram estas as principais decisões da reunião na sede regional da Funai, para tratar do problema dos índios Xucurus-Kariris, que no dia 12 de outubro invadiram terras em Palmeira dos Índios, e foram desalojados alguns dias depois, por medida judicial. Segundo os indígenas, as terras lhes pertencem desde 1822, havendo sido tomadas, agora, por dois posseiros, Everaldo Garrjote e Pedro Benone.

Semana passada, caciques de oito tribos foram à Funai prestar solidariedade à luta dos Xucurus-Kariris,

mas, segundo alegaram funcionários da Fundação, o superintendente estava viajando e eles não foram atendidos. Ontem, o procurador geral, Ronaldo Montenegro, veio diretamente de Brasília participar da reunião, que contou ainda com a participação de membros do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), OAB, Comissão de Justiça e Paz, Grupo Recife de Apoio à Causa Indígena (GRACI) e representantes da tribo.

De início, os representantes das entidades foram proibidos de entrar na sede do órgão. Mais tarde, sem que ninguém explicasse por que, foram convidados a fazer parte da reunião. A imprensa, que também não pôde acompanhar o desenrolar da reunião no seu

início, posteriormente, por decisão do superintendente Lucas Cardoso, teve permissão.

REIVINDICAÇÕES

A área ocupada (eles preferem dizer retomada) pelos indígenas, a 12 de outubro, chama-se "Mata da Cafurna", com uma dimensão de 175 hectares. Os posseiros entraram na Justiça com uma ação de reintegração de posse e foram bem sucedidos. "A expulsão deles foi feita por jagunços e policiais militares", afirmou Alexandre Ribeiro, do CIMI. "e ainda hoje os jagunços continuam lá, nas proximidades, onde os índios ficaram acampados. À noite, os jagunços dão tiros para o ar, a fim de amedrontá-los".

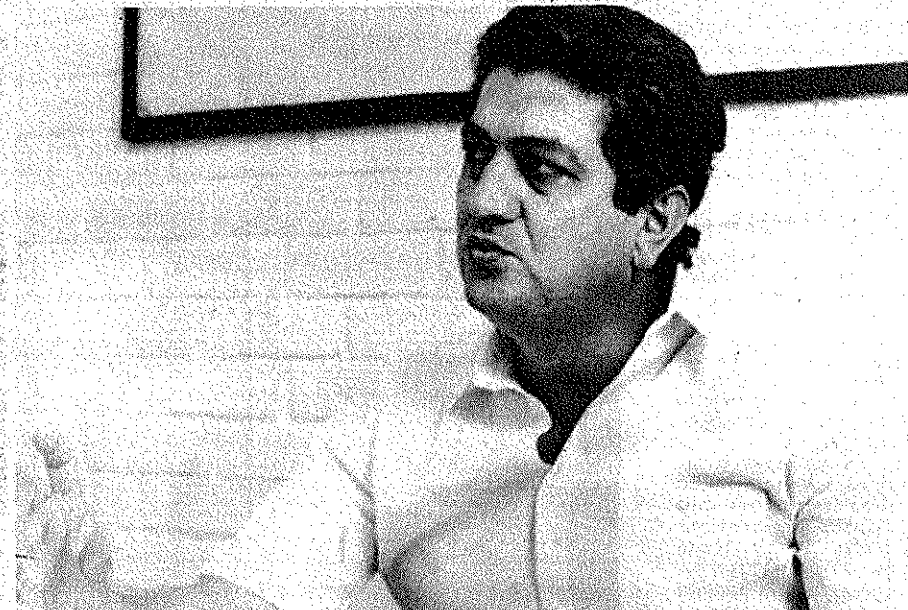
Ele e Daniel Rodrigues, da Comissão de Justiça e Paz,

disseram que os índios têm um documento datado de 1861 provando que são os verdadeiros proprietários da terra. "Aos poucos, porém, foram sendo desapropriados, até chegarem à situação de dificuldade em que estão hoje", acusam. "Nós estamos vivendo em horrores", completou o pajé Antônio Celestino.

Durante a reunião, apesar do clima cordial existente entre as partes, não se deixou de fazer críticas à atuação da Funai. Em certo momento, diante da reivindicação dos indígenas e das entidades que os apoiam, para que se entrasse com um mandado de segurança visando revogar a ação de reintegração de posse, o advogado da Funai, Moacir Ribeiro de Lyra Filho, ponderou: "O nosso temor é de que, agindo assim, nós fiquemos a reboque de vocês, o que não seria bom para nossa imagem. E depois, eu não gostaria de fechar uma operação que não foi feita por mim". Incisivo o advogado dos indígenas,

José Roberto Cavalcanti, retrucou: "Mas a Funai não foi criada para manter sua reputação; foi criada para defender o índio. Independentemente de se fica a reboque ou não, caso nós saíamos vitoriosos, também a Funai estará fazendo parte da vitória". Para José Roberto, a Lei federal 6.001, do Estatuto do Índio, garante que as medidas liminares alusivas à questão indígena como a do juiz de Alagoas não podem ser feitas sem uma pré-audiência com a União e a Funai. "É no caso de Alagoas nada disso foi feito", lastimou ele. Na próxima reunião de quinta-feira, após ter sido feito um levantamento da área em conflito, o problema do mandado será discutido de novo. Além disso, as demais reivindicações dos Xucurus-Kariris são garantia imediata de posse dos 175 hectares, próximos dos quais estão acampados, e demarcação de mais três mil hectares, que eles dizem ser deles. O superintendente Lúcio Cardoso adiantou que a prioridade de demarcação está sendo dada às tribos que ainda não possuem terra.

Como resultado da reunião, ficou claro, também - e tanto o procurador quanto o advogado do órgão admitiram isso - que a Funai ainda não está suficientemente informada do problema dos Xucurus-Kariris. Quando, por exemplo, Moacir Ribeiro destacou, ainda com relação ao mandado de revogação, que "se vocês tiverem cometido erros, nós não podemos endossá-lo", José Roberto mais uma vez reagiu com vigor: "Quem vem errando nesse problema todo é a Funai, que há um mês está às voltas com a questão e ainda não conhece nem o processo".



Montenegro marcou nova reunião conciliatória para a próxima quinta-feira